

O pólo que não estava no Plano

DF Cinema 03 JUL 1991 CORNÉLIO DE AZEVEDO
Benny Schvasberg

A disputa entre as cidades-satélites do Gama, Planaltina e Sobradinho pela instalação do Pólo de Cinema e Vídeo do DF traz sugestões interessantes para pensar modernamente a cidade. A primeira coisa que salta aos olhos na polêmica sobre a sua localização é que o pólo é literalmente uma novidade que não estava no Plano. Ou seja, o projeto urbanístico da capital de Lúcio Costa não previu o pólo. Nem estudos posteriores como "Brasília revisitada" e outros o fizeram. Se tivessem previsto a localização de um pólo, a princípio, estaria resolvido o problema, não haveria o que discutir.

Por outro lado, o próprio projeto do pólo, já que ele não é móvel, aéreo ou aquático, parece que esqueceu um pequeno detalhe: onde pousá-lo. Detalhe particularmente importante no caso, dada a natureza técnica das atividades que ali, espera-se, vão-se desenvolver. Nesse sentido, é conhecido o problema que afetou o Pólo de Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro. Localizado em Jacarepaguá, área de expansão de atividades industriais tecnológicas e próxima ao aeroporto, ficou sujeito à interferências de sinais de rádio das rotas de aviões. A disputa pela localização do pólo, de relevância inegável para o DF, é uma prova da falta de planejamento na capital. Logo em Brasília, que se distingue internacionalmente por ter sido "planejada". Fica no ar a impressão de um certo caráter de improviso, de oportunidade ou oportunismo, em torno de um bom projeto que revela não ter sido suficientemente pensa-

do. Tampouco o pólo é integrado a uma política cultural e a uma política urbana, articuladas a um projeto de desenvolvimento sócio-econômico local.

Não se trata de uma histeria de planejamento a todo custo, centralista e paralisador de qualquer iniciativa. Mas essa disputa, que envolve interesses de grupos corporativos, comunidades locais e políticos, põe em cheque a questão do planejamento e da gestão urbana do DF.

Não chega a ser novidade no Brasil a concorrência entre cidades por benefícios de infra-estrutura de todo tipo. Num exemplo mais recente, em maior escala, deu-se a disputa pela localização do Pólo Petroquímico, que mobilizou interesses políticos e econômicos do Rio de Janeiro e São Paulo.

A busca por trazer o "desenvolvimento local" sempre mobilizou grupos econômicos e governantes, e definiu estratégias eleitorais de políticos. Entretanto, mesmo o político fisiológico sabe que a instalação de bicas d'água nas favelas nem sempre tem retorno eleitoral. Não basta instalar e aparecer no dia da eleição. É preciso um trabalho antes, durante e depois com a comunidade. Um planejamento que não tem nada de formal, nem de técnico, mas que envolve a própria experiência popular.

Cada caso é um caso, e em Brasília, tratando-se de uma infra-estrutura de produção cultural específica, e de cidades-satélites com características próprias, haveria que ser cauteloso com os argumentos dos seus representantes na disputa. Da mesma maneira, haveria que considerar as dificuldades técnicas e artísticas dos pro-

fissionais de cinema e vídeo envolvidos.

É urgente encontrar formas socialmente democráticas de gestão de fatos urbano-culturais como a localização do pólo, que transcenda a bairrismos provincianos, a corporativismos, e a tráficos de interesses políticos e econômicos. Isso passa pela construção de um processo moderno, socialmente controlado, de planejamento e formulação de políticas públicas. Um processo sem estatismos, mas também sem assembleísmos primários.

As discussões sobre o plano-diretor encaminhadas pela Codeplan até o ano passado e as discussões sobre política cultural encaminhadas pela Secretaria de Cultura do DF são exemplos recentes de iniciativas positivas. Ainda que tímidas e merecendo aprofundamento crítico, elas contribuem para um planejamento socialmente mais justo.

A disputa em questão tem uma dimensão muito saudável. Numa época de grande desmobilização e desinteresse pela política, ela sinaliza a urgência do exercício da cidadania e dá mostras de como estão vivas as cidades, da necessidade e potencial da sua discussão.

A elaboração da Lei Orgânica do DF aponta uma boa oportunidade para a organização da discussão em torno do desenvolvimento urbano e cultural. O importante é que esse debate seja socializado e politizado pela sociedade, e não fique represado na Assembléia Distrital.

■ Benny Schvasberg, doutor em Sociologia e mestre em Planejamento Urbano, é técnico do CNPq